

“Com os imigrantes é tudo e mais alguma coisa” - Dimensões da Prática para a Integração de Migrantes em Territórios de Baixa Densidade

“With immigrants it is everything and something else” - Dimensions of Practice for the Integration of Migrants in Low Density Territories

Elisete Diogo
CARE - Research Center on Health and Social Sciences, Politécnico de Portalegre,
Portalegre, Portugal



RESUMO

Objetivo da Investigação: O presente estudo procura identificar e compreender as práticas profissionais dos técnicos sociais junto de Imigrantes Nacionais de Países Terceiros (NPT) em Territórios de Baixa Densidade (TBD), particularmente nas sub-regiões do Alto-Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo.

Metodologia: Utilizando uma abordagem qualitativa, conduzido pela questão de investigação “Que práticas profissionais dirigidas a imigrantes NPT em TBD?”, o desenho de investigação empírica recorreu a entrevistas individuais e conjuntas (n=8), alvo de uma análise temática apoiada pelo programa informático MaxQDA12.

Resultados: Os resultados preliminares do estudo apontam para uma significativa amplitude da intervenção, centrada em dimensões assistencialistas, no âmbito do apoio socioeconómico para a sobrevivência e garantia dos Direitos Fundamentais, para dimensões relacionais focadas na pro-moção de competências, flexibilidade, proximidade, disponibilidade e referência, bem como para dimensões político-legais de informação e acesso a direitos e deveres, e à cultura.

Originalidade/Valor: O artigo destaca-se pela atenção que dá à imigração internacional em Territórios de Baixa Densidade, territórios carenciados de investigação, de políticas públicas, e de população. Destaca os contributos e dá voz aos técnicos sociais, que por via de um trabalho próximo junto aos imigrantes, no quadro do desenvolvimento destes territórios com potencial para informar a política e a prática.

Palavras-chave: Migração; Imigrantes; Práticas Profissionais; Intervenção Social; Integração Social.

ABSTRACT

Research Purpose: This study aims to identify and understand the professional practices of social workers working with Third-Country Nationals (TCNs) in Low-Density Territories (LDTs), particularly in the sub-regions of Alto Alentejo, Central Alentejo, and Baixo Alentejo.

Methodology: Using a qualitative approach guided by the research question “What practices are directed at Third-Country Nationals (TCNs) in Low-Density Territories (LDTs)?”, the empirical research design involved individual and joint interviews (n=8), which were analyzed thematically with the MaxQDA12 software.

Findings: Findings point to a broad scope of intervention, centered on assistance-oriented dimensions within the socio-economic support domain to ensure survival and the guarantee of Fundamental Rights. The results also highlight relational dimensions focused on the promotion of skills, flexibility, proximity, availability, and role-modeling, as well as political-legal dimensions concerning information and access to rights, duties, and cultural integration.

Originality/Value: The article stands out for its focus on international migration in Low-Density Territories, areas that are often lacking research, public policy attention, and population. It emphasizes the contributions of and gives voice to social workers, whose close work with immigrants within the framework of territorial development holds potential to inform both policy and practice.

Keywords: Migration; Immigrants; Professional Practices; Social Intervention; Social Integration.

1. Introdução

O presente artigo pretende contribuir para o conhecimento e o debate relativo ao desenvolvimento nos TBD, destacando o potencial da migração para a atração e enraizamento de imigrantes, e, por inerência, o impacto local nessas regiões. A escassez de estudos académicos neste âmbito temático (Diogo & Valduga, 2021) fundamentam a relevância do presente estudo, que procura colmatar a ausência de investigação.

O estudo que ora se apresenta é parte constituinte de um projeto de maior amplitude, designado de *Ir Além - A Inclusão Social de NPT e o Desenvolvimento de Territórios de Baixa Densidade* (Ir Além), da iniciativa do Instituto Politécnico de Portalegre, cofinanciado pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI) e distinguido com o Prémio Investigação, Inovação e Território, 2023, pelo Centro de Estudos ibéricos. O “Ir Além” vem analisar a relação entre as práticas de inclusão social de NPT e o desenvolvimento de TBD, contribuindo para o desenvolvimento das políticas públicas no âmbito do asilo, proteção e migração.

Em matéria de migração, conjectura-se um impacto positivo nos países envolvidos no processo (Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019, de 20 de agosto). Este impacto é marcadamente verificado nos países de destino, como Portugal, que tem vindo a denotar um impacto positivo (Oliveira, 2021; Góis & Marques, 2018) inclusivamente em TBD (Diogo & Valduga, 2021).

Entendemos que os desafios inerentes à integração de imigrantes são mitigados pelo papel essencial que os técnicos da intervenção social – onde se inscrevem assistentes sociais e outros profissionais a intervir na área social - desempenham com as suas práticas quotidianas junto dos imigrantes (Viola et al., 2018) que recebemos, contribuindo assim, silenciosamente, para o desenvolvimento dos TBD, aspeto que justifica dar voz e visibilidade a estes agentes do sistema.

Do ponto de vista da metodologia, o estudo é conduzido pela questão de investigação central (Blaikie, 2000), “Que práticas profissionais dirigidas a imigrantes NPT em TBD?” Pretende-se dar voz aos técnicos sociais que atuam junto dos imigrantes em três sub-regiões do Alentejo alvo do projeto Ir Além (i.e. Alto-Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo), através de entrevistas individuais e conjuntas (Flick, 2005, 2013), numa abordagem qualitativa.

2. Intervenção social na integração de imigrantes

2.1. A integração de imigrantes

Após a chegada a um novo país, os imigrantes são confrontados com a necessidade de compreender as estruturas políticas, sociais, culturais e económicas da sociedade de acolhimento. Por conseguinte, a responsabilidade pela sua integração não pode ser apenas do próprio imigrante, mas tem de ser partilhada por diversos intervenientes, incluindo a comunidade local, as instituições sociais e o governo, com vista à coesão social e ao estabelecimento de sociedades inclusivas (Comissão Europeia, 2020; OECD, 2023). A ação passa pela difusão de informações relativas a questões de diversa ordem - gerais, político-legais, administrativas e culturais. A promoção da integração social assume, assim, um duplo sentido: o de informar e apoiar o imigrante, mas também o de promover o diálogo

intercultural, sensibilizando a população local (Niessen & Huddleston, 2010).

O processo de integração dos imigrantes apresenta-se como complexo e multidimensional (Giménez-Romero, 2010; Viola et al., 2018). A integração pode ser entendida tendo por base a garantia da satisfação das necessidades básicas e dos direitos civis (Ager & Strang, 2008) ou ser considerada uma estratégia de aculturação implementada pelo imigrante na cultura dominante, onde coexistem e são respeitadas diversas culturas e se promove a hospitalidade e a inclusão social (Berry, 1997).

A literatura (ex.: Viola et al., 2018) tem explorado o papel do técnico social na integração dos imigrantes, concluindo que ele é essencial para esta ser bem-sucedida. Os serviços do Estado de Bem-Estar Social, nos quais se inscreve o trabalho dos técnicos sociais, promovem a coesão social, a responsabilidade coletiva e o empoderamento individual e comunitário. Importa, portanto, refletir sobre as práticas dos técnicos sociais.

A integração no quadro da migração, e tendo em mente o seu carácter multidimensional, pode ser observada no âmbito da demografia, educação e qualificações, aprendizagem da língua portuguesa, trabalho, inclusão e proteção social, condições de habitação, saúde, sistema de justiça, discriminação de base racial e étnica, recenseamento eleitoral, acesso à nacionalidade e remessas (Oliveira, 2023). Pena (2012) dá especial atenção ao acesso ao mercado de trabalho, ao conhecimento da língua e da cultura da sociedade de acolhimento e ao acesso à educação. O acesso a serviços públicos – como a segurança social e saúde – e ainda o acesso à habitação e a relação com o país de origem têm também sido privilegiados (ACIDI, 2010).

2.2. A intervenção em diversos eixos da integração

Compreende-se que os técnicos sociais que se encontram a trabalhar no terreno, a prestar apoio e a garantir oportunidades, atuam como pilares do bem-estar do indivíduo, através do desenvolvimento e reconhecimento das capacidades destes, trabalhando aspetos da autonomia e empoderamento (Viola et al., 2018). Os técnicos sociais abordam as questões legais, informando os imigrantes dos seus direitos e das implicações dos incumprimentos, ajudando-os a preencher documentos oficiais, e articulando com os serviços de controlo de fronteiras e regularização de processos de entrada e permanência no país de destino (Bartkevičienė & Raudeliūnaitė, 2013).

De um ponto de vista “macro” a prática dos técnicos sociais envolve a garantia dos direitos humanos, a promoção da justiça social e a *advocacy*. De um ponto de vista “meso”, o trabalho de desenvolvimento comunitário assume um papel fundamental, e do ponto de vista de resolução de problemas com os indivíduos e as suas famílias, assumimos um nível micro (Nash et al., 2006). Nesse sentido, algumas práticas são identificadas como resultantes nesse processo de integração, tais como a disponibilização de linhas telefónicas gratuitas de apoio à informação, a adaptação e flexibilidade de horários com vista a corresponder aos horários de trabalho das pessoas migrantes e a disponibilização de linhas tradutoras, seja com ferramentas de tradução automática, seja com a contratação de profissionais que possam auxiliar a tradução e comunicação (Nash et al., 2006). Nesse sentido, é importante a criação de balcões e espaços informativos onde as pessoas se possam dirigir para acederem aos principais serviços sociais num só lugar. Além disso, é importante olharmos às necessidades étnicas e de género, além de estarmos

atentos aos públicos mais vulneráveis tais como as mulheres e as crianças e, se possível, corresponder às necessidades da comunidade (Nash et al., 2006).

De um ponto de vista socioeconómico, a intervenção social passa pelas mais diversas práticas, desde a assistência e distribuição de alimentos, transporte e vestuários, até ao apoio na habitação, apoio à família, aconselhamento e serviços clínicos até à *advocacy* e assistência jurídica e legal (Hellgren, 2015).

Do ponto de vista do desenvolvimento comunitário os técnicos sociais vão garantir que existe mediação, compreensão e comunicação com o grupo, mas principalmente entre diferentes culturas, tendo a mediação como promotora de uma comunicação “transcultural”, levando-nos assim a uma sociedade multicultural (Viola et al., 2018). O trabalho de mediação, mais do que um serviço de “tradutor” nesta relação, tem implicações no aprofundamento do conhecimento dos indivíduos, do ponto de vista dos seus pensamentos, sentimentos e emoções. Estabelecer uma relação social e cultural com as famílias e os indivíduos apresenta-se como muito relevante (Viola et al., 2018).

Segundo Bartkevičienė & Raudeliūnaitė (2013), “Social workers act as intermediaries by providing social assistance to immigrants. Usually, they mediate to immigrants and landlords, immigrants and employers, immigrants and the public. They also accompany immigrants to various institutions. It is important to note that social workers provide emotional support for immigrants, recognizing their feelings by listening and empathizing to the state of client. Social workers should be empathetic and very supportive” (p. 95). Nesse sentido, é muito importante o encorajamento da participação de atividades locais e públicas, possibilitando a oportunidade de se estabelecer contactos (Hellgren, 2015). A promoção desta coexistência de diferentes grupos passa pelo trabalho de profissionais ativos no combate ao preconceito, a promoção de ambiente inclusivos de aprendizagem multicultural e intercultural e o combate a um racismo estrutural na sociedade (Viola et al., 2018).

Destacamos a questão da habitação como sendo basilar para os indivíduos, famílias e comunidades e que constitui um fator fundamental para a promoção da integração. A falta de uma habitação digna ou, por vezes, o facto de serem forçados a viver em coabitação são fatores que geram muitas dificuldades no processo de integração, podendo causar *stress*, ansiedade e outras questões relacionadas à saúde física e mental das pessoas migrantes (Beirut, 2010). Além disso, muitos imigrantes sentem-se direta ou indiretamente discriminados no acesso ao arrendamento, no acesso ao crédito bancário ou na atribuição de rendas mais pesadas pela condição de estrangeiro (Malheiros & Fonseca, 2011). O facto é que os técnicos sociais estabelecem um importante papel no processo de acomodação das pessoas migrantes e na procura de habitação, servindo, uma vez mais, de mediadores na comunicação e eliminação de barreiras linguísticas, além de poderem fornecer e divulgar informação na procura de casas (Bartkevičienė & Raudeliūnaitė, 2013). Dessa forma, o técnico social torna-se um aliado nessa relação tornando o processo mais fácil (Bartkevičienė & Raudeliūnaitė, 2013). Segundo o Manual de Integração para Decisores Políticos e Profissionais (Niessen & Huddleston, 2010), apresenta-se como relevante garantir que existe informação e orientação suficiente e, complementarmente, garantir mediação entre os proprietários e os imigrantes.

Uma outra dimensão que destacamos relaciona-se com a empregabilidade. Neste sentido, é “crucial promover uma

maior correspondência entre as qualificações dos imigrantes e a utilização destas qualificações pelo mercado de trabalho nacional, de modo a prevenir o recrutamento de indivíduos qualificados para o exercício de profissões em que essas qualificações não são aproveitadas” (ACM, 2015, p. 19).

Em Portugal, verifica-se um padrão de divergência entre os estrangeiros e os nacionais relativamente às habilitações escolares, ao nível de qualificações e à situação perante a profissão. Acresce uma diferença significativa entre as remunerações (Costa, 2014), que se mantém visível nos dados mais recentes (Oliveira, 2023). Como tal, as medidas que se podem implementar relativamente ao emprego e formação profissional estão relacionadas com as estruturas de atendimento dos imigrantes, o reconhecimento de habilitações académicas e algumas práticas de sensibilização relacionadas com o cumprimento de obrigações sociais e fiscais (Costa, 2014). Tendo conhecimentos muito básicos da língua local os imigrantes enfrentam um significativo desconhecimento relativamente a que entidades e estruturas se podem candidatar, além de representar dificuldades do ponto de vista da conceção do *curriculum vitae* e das respetivas competências. O papel dos técnicos sociais pode passar por prestar auxílio em todo o processo de elaboração de currículos, escrita de cartas de apresentação e motivação, procura e seleção de postos de trabalho, ajuda no estabelecimento de contactos com as entidades empregadores e acompanhamento nas reuniões e entrevistas (Bartkevičienė & Raudeliūnaitė, 2013).

Em suma, os técnicos sociais atuam em diversos domínios no que diz respeito à integração de imigrantes, quer seja no nível básico - emprego, habitação, educação e saúde - quer seja a um nível superior - cidadania e direitos (Ager & Stang, 2008).

Os técnicos sociais estão ainda envolvidos, em termos institucionais, no desenvolvimento de projetos, na organização de cursos de línguas, entre outros (Bartkevičienė & Raudeliūnaitė, 2013).

3. Objetivos e enquadramento no Projeto “Ir Além”

O presente estudo, nos seus objetivos, procura identificar e compreender as práticas profissionais dos técnicos sociais junto de imigrantes NPT nas sub-regiões do Alto-Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo. Este território, caracterizado pelo despovoamento e envelhecimento populacional (Pordata, 2023), manifesta dificuldade de renovação natural de base demográfica (Góis, 2023) e tem presenciado um contínuo aumento do número de residentes imigrantes internacionais (Oliveira, 2023; Pordata, 2023). Entende-se que a atração, integração social e enraizamento destes sujeitos poderá contribuir para o desenvolvimento multidimensional dos TBD (Diogo, 2024a; Diogo, 2024b).

Esta discussão constitui um dos eixos do projeto “Ir Além”, que enquadra o presente estudo, por via de dois dos seus objetivos específicos: i) Identificar que práticas e políticas de inclusão social de NPT são aplicadas em TBD, nomeadamente em três sub-regiões do Alentejo: o Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo; e ii) Compreender formas de integração e inclusão social decorrentes do conhecimento e da atuação dos técnicos sociais com diversos públicos NPT.

As ações do projeto “Ir Além” decorrem sob amplos formatos, destacando-se: 25 sessões de formação pelo país e 7

sessões de sensibilização no Alentejo, num total de 725 beneficiários; coordenação de 2 livros; comunicações em eventos nacionais e internacionais; e publicação de 2 artigos em revista Scopus/WOS, 11 capítulos de livros, e 2 em livros de atas.

4. Metodologia

Do ponto de vista da metodologia, o desenho de investigação empírica apresenta uma abordagem qualitativa e é conduzido pela questão de investigação central (Blaikie, 2010), *Que práticas profissionais dirigidas a imigrantes NPT em TBD?*

Pretende-se dar voz aos técnicos que atuam junto dos imigrantes em TBD, concretamente em três sub-regiões do Alentejo alvo do projeto Ir Além: Alto-Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo.

4.1. Amostragem

Os participantes privilegiados (Tabela 1) são os técnicos sociais que integram equipas dos Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) do Alto Comissariado para as Migrações (ACM) que atuam nas três sub-regiões selecionadas, por conseguinte localizados na sede de distrito de Portalegre, Évora e Beja. Os CLAIM constituem respostas promovidas por organizações da sociedade civil, como a Cáritas Portuguesa, cujas delegações foram diretamente contactadas por correio eletrónico e por telefone. Não obstante, aquando da auscultação sobre a política dos municípios deste território, técnicos sociais da administração local a implementar projetos dirigidos a imigrantes, manifestaram disponibilidade para participar neste estudo. Por conseguinte, foram envolvidos quatro técnicos sociais de duas Câmaras Municipais.

Tabela 1

Caracterização dos participantes

Participante	Sexo	Formação	Afiliação	Papel	Origem
Educadora Social, Técnico Social 1 do CLAIM	F	Educação Social	CLAIM	Educadora Social	Nacional
Mediador Intercultural, Técnico Social 2 do CLAIM	M	Engenharia	CLAIM	Mediador intercultural	Nacional
Assistente Social, Técnico Social 3 do CLAIM	F	Serviço Social	CLAIM	Assistente Social	Nacional
Assistente Social, Técnico Social 4 do CLAIM	F	Serviço Social	CLAIM	Assistente Social	Nacional
Psicóloga, Técnico Social 1 da Câmara Municipal	F	Psicologia	Câmara Municipal	Psicóloga	Nacional
Mediador Intercultural, Técnico Social 2 da Câmara Municipal	F	Arquitetura	Câmara Municipal	Mediador intercultural	Internacional
Mediador Intercultural, Técnico Social 3 da Câmara Municipal	M	Ciências Sociais	Câmara Municipal	Mediador intercultural	Internacional
Assistente Social, Técnico Social 4 da Câmara Municipal	M	Serviço Social	Câmara Municipal	Assistente Social	Nacional

Fonte: Elaboração própria

As opções metodológicas suportam-se na amostragem teórica e no critério da saturação teórica (Flick, 2005, 2013).

No total, participaram oito técnicos sociais no estudo. Em termos de caracterização, três são do sexo masculino e cinco do sexo feminino. Apresentam formação superior, nas áreas disciplinares das Ciências Sociais (Serviço Social, Educação Social e Psicologia) e outras áreas como Engenharia e Arquitetura. A nacionalidade e naturalidade é tendencialmente portuguesa, exceto os mediadores que nasceram noutra país num processo de emigração ou de imigração vivenciado.

4.2. Recolha dos dados empíricos

Os dados empíricos foram recolhidos através da condução de entrevistas semiestruturadas, individuais ou conjuntas, mediante a elaboração e aplicação de um protocolo de entrevista constituído por três conjuntos de perguntas centradas particularmente na caracterização dos imigrantes, nas práticas profissionais de inclusão e na perspetiva dos técnicos. Sem pretensão de exaustividade, entre as perguntas do guião, listam-se a título de exemplo: i) Como descreve/m o seu/vosso quotidiano com imigrantes NPT, em termos da sua/vossa prática profissional? ii) Quais e como respondem às questões emergenciais, às necessidades básicas que lhe/vos apresentam? iii) Como estabelece/m a relação profissional com os migrantes?

As entrevistas foram aplicadas no período compreendido entre o mês de julho de 2020 e de dezembro de 2021, em formato presencial ou à distância pela plataforma Zoom, por opção dos participantes, considerando a crise sanitária associada ao vírus SARS-CoV-2. A duração média das entrevistas foi de 1:40 horas, com gravação áudio após declarado o consentimento informado.

4.3. Análise qualitativa

As entrevistas realizadas foram alvo de gravação áudio e transcritas com suporte do programa informático *Express Scribe Transcription Software*, omitindo referenciais segundo princípios éticos de confidencialidade. Posteriormente, procedeu-se ao tratamento dos dados empíricos com apoio do programa informático de análise dados qualitativos MAXQDA Standard 2022 para o processo de codificação, categorização e criação de outputs de tratamento de dados empíricos.

A análise dos dados qualitativos tem por base a Análise Temática, inspirada pelo trabalho de Braun e Clarke (2006). Desenhou-se um modelo de análise assente em seis etapas distintas e articuladas entre si. A primeira para a familiarização com os dados empíricos, seguindo-se o gerar de códigos, e procurar, rever e definir temas. Por fim, a identificação dos aspetos chave numa interpretação em profundidade permitiu a escrita dos Resultados (Braun & Clarke, 2006). A seção seguinte, referente aos resultados, apresenta os temas emergentes: Práticas profissionais: informação, capacitação e mediação no acesso aos serviços; Práticas profissionais: assistência às necessidades básicas; e Práticas profissionais: relação de proximidade com os imigrantes.

A discussão dos resultados empíricos segue em diálogo com a literatura nacional e internacional, desenhando conclusões preliminares num trabalho em desenvolvimento a publicar futuramente.

5. Resultados

5.1 Práticas profissionais: informação, capacitação e mediação no acesso aos serviços

Os participantes deste estudo empírico, técnicos sociais que atuam junto de imigrantes NPT, inscritos em municípios ou em entidades da sociedade civil nos territórios do Alto-Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, apresentam no seu quotidiano práticas executadas com maior incidência e impacto em termos da integração e inclusão social dos beneficiários. Verifica-se uma significativa amplitude de áreas de intervenção relativamente às quais os técnicos sociais atuam com vista a facilitar a integração dos imigrantes, que designam por “tudo e mais alguma coisa”. Apresenta-se como particularmente relevante a mediação entre o sujeito e os serviços públicos devido à iliteracia sobre o quadro político-legal e normativo no qual se suporta o funcionamento dos serviços que compõem o Estado português como: a Autoridade Tributária e Aduaneira; o Serviço Nacional de Saúde; os estabelecimentos de ensino e formação profissional; o Instituto de Segurança Social; entre outros. Dentre estes, destaca-se, sobretudo, o apoio no processo para a obtenção ou renovação da autorização de residência em território nacional, sendo que o apoio na regularização constitui o serviço mais solicitado pelos imigrantes. Neste âmbito, os técnicos sociais executam um papel essencial de mediadores entre o imigrante NPT e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras¹ (SEF), desde logo através da plataforma digital do SEF, considerando que tendencialmente os imigrantes apresentam limitações nas competências de utilização das tecnologias de informação. Relativamente à articulação com o SEF, a mobilização de contactos privilegiados, isto é, de profissionais de referência que conhecem no serviço, apresenta-se como essencial para a rápida obtenção de informação sobre o estado do processo de cada imigrante, e o desbloqueio de eventuais entraves. A articulação direta, segundo os técnicos sociais, beneficiará ambas as partes, o imigrante e também o SEF que detém um grande volume processual.

“Com os migrantes [a prática] é tudo e mais alguma coisa, regularização, finanças, saúde, e depois mais as coisas de Segurança Social..., a articulação com outros serviços, com o SEF [...]” (Mediador Intercultural, Técnico Social 2 do CLAIM).

“Eles [imigrantes NPT] procuram-nos por vários motivos, mas essencialmente, ou porque não dominam a legislação, ou porque não dominam as tecnologias” (Assistente Social, Técnico Social 4 do CLAIM).

“Falo sempre com a mesma pessoa [na delegação do SEF], uma funcionária, não é inspetora, não é alguém de topo na delegação. O SEF é dos principais interessados nestas questões [...]” (Assistente Social, Técnico Social 3 do CLAIM).

A informação e o esclarecimento que são realizados junto dos imigrantes NPT face ao quadro legal, integrando-se aí os direitos e deveres que lhes estão atribuídos, mas também face à cultura portuguesa, aspetos que diferem do país de origem, são centrais para facilitar a integração social destes sujeitos.

¹ O SEF foi extinto em outubro de 2023, no seguimento da aprovação da Lei n.º 73/2021 de 12 de novembro, com vista à reestruturação do sistema português de controlo de fronteiras e de gestão do fenómeno migratório. O serviço de natureza administrativa, com atribuições específicas, transitou para a responsabilidade de um novo organismo, a Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I. P. (AIMA), criado pelo Decreto-Lei n.º 41/2023 de 2 de junho.

“O formato do CLAIM é esse mesmo, informar sobre os direitos e os deveres dos imigrantes” (Mediador Intercultural, Técnico Social 2 do CLAIM).

Do ponto de vista do emprego e da formação, verifica-se o apoio na construção e envio de *curriculum vitae* e na mediação do contacto com o Centro de Emprego e Formação Profissional, com vista, nomeadamente, a realizar a inscrição do imigrante e à articulação junto às entidades empregadoras. Enquadrar os imigrantes sobre a realidade do mercado de trabalho e as dinâmicas executadas pelas empresas é outra atividade comumente realizada. Além disso, informar, sensibilizar e supervisionar os imigrantes para que se protejam de situações de má-fé e abuso parece ser um aspeto determinante na sua prática. Por outro lado, o técnico social pode apoiar quando, por exemplo, um imigrante NPT vê a sua condição de desempregado prolongar-se, e decide acionar o apoio ao retorno voluntário, beneficiando os sujeitos que desejem retornar ao país de origem e não disponham de recursos económicos para o efeito.

“Nós fazemos o contacto telefónico, enviamos currículos [...] facilitamos a inscrição no IEFP [Instituto de Emprego e Formação Profissional] sempre que não estão inscritos.” (Mediador Intercultural, Técnico Social 2 do CLAIM).

“Mas a nossa parte, enquanto técnicos é sensibilizar e informar; o que eu tenho feito no terreno é precisamente informá-los que não devem assinar nenhum contrato, ou aceitar nenhuma proposta de trabalho, sem antes trazer esse contrato de trabalho e nós o analisarmos.” (Mediador Intercultural, Técnico Social 3 da Câmara Municipal).

“Alguns quando a situação de desemprego se prolonga, e que se veem numa situação de desespero... às vezes, procuram-nos para pedir o retorno voluntário. Fazer um pedido de retorno voluntário, ou seja, obter ajuda através de fundos para regressar ao país de origem.” (Assistente Social, Técnico Social 4 do CLAIM).

A realidade vivenciada pelos imigrantes relativamente ao acesso à habitação é uma questão que também tem merecido especial atenção destes técnicos. A oferta de habitação apresenta-se escassa neste território, e coloca os participantes do estudo num importante papel de mediação, no apoio para procura e arrendamento de habitação, considerando que tendencialmente se verificam dificuldades com a língua/comunicação e questões de discriminação que esta população enfrenta.

“Disponibilizámo-nos para acompanhar na visita ao espaço, mas o senhor [proprietário do imóvel], Pronto... Dissemos que as pessoas interessadas não falavam português, e logo aí sentimos algumas reservas. [...] [os imigrantes] têm ainda mais dificuldades [no acesso à habitação] por não serem portugueses (Assistente Social, Técnico Social 3 do CLAIM).

Do ponto de vista da educação, a realização da matrícula escolar dos filhos apresenta-se como um grande impasse para os imigrantes acompanhados pelos participantes deste estudo. Ocasionalmente, o facto de as crianças não possuírem o Número de Identificação de Segurança Social (NISS) mostra-se um impedimento para a inscrição na escola. Neste aspeto, a solução encontrada pelos técnicos sociais foi articular com as escolas no sentido de as esclarecer, ou de apresentar uma declaração emitida pelo ACM, onde consta que qualquer criança imigrante tem direito à educação e a cuidados de saúde. Além desta prática, os participantes mencionam também a intervenção junto da comunidade escolar, particularmente o trabalho de desenvolvimento de conhecimentos e competências junto dos docentes, numa perspetiva de serem agentes promotores da interculturalidade no seio escolar.

“[...] obstáculos nas escolas por causa das crianças não terem número da segurança social..., não os deixam matricular:- “Não podemos aceitar a matrícula do seu filho, porque não tem número da segurança social”. Nós tentamos desbloquear estas situações [...]” (Assistente Social, Técnico Social 3 do CLAIM).

“Temos várias atividades e também trabalhamos com o corpo docente as questões da interculturalidade [...]. Os professores é que depois vão trabalhar com as crianças” (Mediadora Intercultural, Técnico Social 2 da Câmara Municipal).

No âmbito da saúde, entre a prática destes profissionais destaca-se, sobretudo, o apoio na obtenção do número de utente do Serviço Nacional de Saúde. Isto porque alguns dos imigrantes entendem que não podem aceder a este tipo de recurso por não se encontrarem regularizados em território português. Também trabalham no apoio à medicação e taxa moderadora, e na aquisição do Cartão Europeu de Seguro de Doença, que pode garantir o atendimento à saúde em Portugal, assim como, em outros países da União Europeia. Isto, uma vez que, alguns imigrantes NPT não descartam a possibilidade de ir viver para outro país. Por fim, verifica-se ainda a sensibilização junto dos imigrantes e dos profissionais de saúde, para as implicações dos aspetos da cultura - quer portuguesa quer da origem – na saúde, por exemplo no que tange ao atendimento, religião e a questões de género.

“[...] muitas das vezes estão ilegais e desconhecem que têm direito à saúde e não procuram os centros de saúde [...]” (Educadora Social, Técnico Social 1 do CLAIM).

“Independentemente, de estarem regularizados, ou não, eles têm dificuldade no pagamento de taxas moderadoras ou na compra de medicação. E quando assim é, vêm até nós, e nós damos o apoio.” (Assistente Social, Técnico Social 4 do CLAIM).

“É que a nível de saúde, nós estamos a apostar muito na questão da sensibilização porque vai muito também com a questão da religião, não é? A religião toca muito, porque nós temos aqui a problemática na comunidade... que é principalmente da comunidade muçulmana, em que há esse entrave [...]” (Mediador Intercultural, Técnico Social 3 da Câmara Municipal).

5.2 Práticas profissionais: assistência às necessidades básicas

Complementarmente, identifica-se outra atividade que decorre do serviço dos entrevistados, o apoio socioeconómico. Neste aspeto, os participantes disponibilizam recursos, como o apoio monetário pontual, alimentação, medicação e vestuário, de acordo com as necessidades apresentadas. Quando não está ao alcance do seu serviço responder à situação de emergência social, encaminham para os serviços da comunidade que conseguem dar resposta. Em determinados casos, o pedido de apoio socioeconómico que conduz a um diagnóstico social holístico permite ao técnico detetar outras necessidades do sujeito ou da família migrante.

“Consoante as necessidades que vamos percebendo, pode ter a ver com a nossa loja, disponibilização de bens, como vestuário, alimentação. Apoio monetário pontual, também, para uma renda de casa, uma luz, aquisição de fraldas para crianças [...]” (Mediador Intercultural, Técnico Social 2 do CLAIM).

“Faço a avaliação das necessidades da pessoa [...] Um exemplo: a pessoa vem, vem-me pedir apoio alimentar, mas eu deteto que o menor... não tem o registo do menor feito, ou que a manifestação de interesse dessa pessoa não está concluída, então, eu pronto, proactivamente faço por dar continuidade a esses procedimentos” (Assistente Social, Técnico Social 4 do CLAIM).

5.3. Práticas profissionais: relação de proximidade com os imigrantes

A relação profissional foi um aspeto alvo de exploração ao longo das entrevistas, nomeadamente as particularidades inerentes ao trabalho com sujeitos imigrantes cuja língua, cultura e religião diferem significativamente. Os participantes apresentaram práticas e estratégias que se destacam e mostram sucesso na intervenção com este público. No quotidiano, com o intuito de fazer a informação chegar a um maior número de imigrantes, os técnicos sociais percebem a importância quer de fazer os atendimentos fora do horário do serviço, quer de utilizar as redes sociais para contactar os imigrantes. Justificam estas estratégias com o facto de os imigrantes tenderem a trabalhar em horário alargado e a evitar faltar ao emprego, para que isso não implique uma redução no valor do salário. Por outro lado, explicam que uma significativa parte dos imigrantes mantém o número de telemóvel do país de origem, associado à aplicação WhatsApp para, assim, contactarem a família que ali mantém a residência. Por isso, os técnicos sociais utilizam as redes sociais digitais e outros recursos tecnológicos para estarem mais acessíveis e capazes de estabelecer maior proximidade, relação de confiança, disponibilidade e flexibilidade para atender os imigrantes.

“A possibilidade de o serviço poder entrar em contacto com eles a forma mais fácil será através aqui do contacto do WhatsApp ou das redes sociais [...]” (Mediador Intercultural, Técnico Social 3 da Câmara Municipal).

“Eu atendi-os sempre aos sábados e aos domingos. Porquê? Porque adaptava-me ao horário que eles tinham disponível, que é normalmente ao fim-de-semana quando não trabalham” (Mediador Intercultural, Técnico Social 3 da Câmara Municipal).

“Pós-laboral, sim. Para eles até é melhor porque muitos deles trabalham...” (Educadora Social, Técnico Social 1 do CLAIM).

A qualidade da relação estabelecida entre os técnicos sociais e os imigrantes, mostrando interesse e empenho, mas também valorizando a sua cultura e religião, alimenta a confiança, e por conseguinte, a possibilidade de aprofundar aspetos culturais e religiosos. Um exemplo destacado é o convite para os técnicos sociais se deslocarem e participarem a espaços de culto muçulmano, como um momento privilegiado para a intervenção social com os imigrantes que frequentam o referido espaço.

“É a proximidade, o interesse que demonstramos pela situação em que eles estão. O envolvimento que pomos na situação da pessoa. Eles sabem que nós fazemos o que conseguimos para os ajudar” (Assistente Social, Técnico Social 3 do CLAIM).

“Então quando nós trabalhamos nessa proximidade com eles, eles acabam por criar uma referência, um ponto [...]” (Assistente Social, Técnico Social 4 do CLAIM).

“[...] onde eles fazem o culto porque são muçulmanos. Então eles me convidam sempre para lá ir, porque vão lá sempre imigrantes que querem tirar dúvida, querem saber, por exemplo teve um acidente de trabalho agora o que é que faz? [...]” (Técnico 3 da Câmara Municipal).

6. Discussão dos Resultados

Dos resultados preliminares apresentados, compreende-se que estes apontam para uma significativa amplitude das práticas sociais executadas pelos profissionais que atuam junto dos imigrantes NPT que Portugal tem vindo a acolher. A ambivalência e multidimensionalidade destas práticas, visa uma resposta holística, integrada e ajustada às necessidades identificadas e à procura verificadas pelos imigrantes NPT no seu processo de integração, seguindo em linha com a literatura (Bartkevičienė & Raudeliūnaitė, 2013; Hellgren, 2015; Oliveira, 2021; Nash et al, 2006; Viola et al., 2018).

No quadro da abrangência da *praxis* apresentada no discurso dos participantes deste estudo, identifica-se um conjunto de técnicas distintas, que propomos agrupar em três dimensões, i) dimensão assistencialista; ii) dimensão relacional; e iii) dimensão político-legal (Figura 1).

Figura 1
Dimensões da prática para a integração de imigrantes NPT



Fonte: Elaboração própria.

A dimensão assistencialista, no âmbito do apoio socioeconómico prestado pelos técnicos sociais, apresenta-se focada na sobrevivência dos imigrantes numa situação de maior vulnerabilidade e na garantia dos Direitos Fundamentais. Encontramos práticas focadas na entrega de apoio financeiro de carácter pontual, pagamento de taxas moderadoras na saúde, atribuição de alimentos, medicação e vestuário, como verificado em outros países (Hellgren, 2015), mitigando assim, a tendência do impacto migratório de fragilidade económica para subsistir, em parte inerente aos baixos salários verificados entre os imigrantes (Oliveira, 2021; Valdés & Olmos, 2010).

A dimensão relacional centra-se numa visão de promoção de competências e forças dos beneficiários, e complementarmente numa atitude de flexibilidade, nomeadamente de horários, isto é, acessibilidade,

disponibilidade e proximidade, constituindo-se, por conseguinte, cada técnico social como uma pessoa de referência para os imigrantes que apoiam ou apoiaram. A literatura reforça a relevância de empoderar e autonomizar os imigrantes, desenvolvendo as suas capacidades (Bartkevičienė & Raudeliūnaitė, 2013), e a importância da escuta ativa (Viola et al., 2018).

Por fim, a dimensão político-legal centra-se na prática de informar, encaminhar e mediar para o acesso a serviços, traduzidos num conjunto de direitos e deveres previstos política e legalmente, bem como à cultura portuguesa. Neste domínio, o discurso dos participantes neste estudo é marcado muito significativamente pela relevância do apoio no processo de requerer autorização para residir no destino, como sublinhado por Bartkevičienė & Raudeliūnaitė (2013). O processo revela uma tendência de extrema complexidade para os imigrantes, restringindo o seu acesso a serviços e a direitos. O desconhecimento do quadro legal e dos procedimentos aplicáveis, o fraco domínio da língua portuguesa e a limitação nas competências tecnológicas determinam que o apoio, gratuito, destes profissionais seja determinante. Porém, os participantes sentem muitas limitações em termos da intervenção, particularmente no apoio na regularização para autorização para permanecer em território nacional. Os serviços mais destacados para o papel de mediação consistem no SEF, Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), finanças, segurança social, serviços de saúde, escolas, proprietários de habitações e entidades empregadoras.

Noutra esfera, quando um imigrante se encontra numa situação de fragilidade em termos laborais, vivenciando uma situação de desemprego, sem previsão de resolução a breve trecho, os técnicos sociais informam e apoiam o retorno voluntário. Em termos políticos, o retorno voluntário assistido e o apoio à reintegração são componentes indispensáveis a uma abordagem compreensiva da gestão das migrações. Neste âmbito, os profissionais procuram dar apoio administrativo, logístico e financeiros a migrantes que não possam ou não desejem permanecer nos países para onde migraram (OIM, 2022).

Os técnicos sociais atuam ainda no sentido da prevenção da discriminação racial, verificada com maior destaque no acesso à habitação, pelo que na prática se verificam estratégias de mediação no apoio para a procura e o arrendamento de casas. Porém, também no âmbito do emprego, área na qual os participantes apoiam através da supervisão, prevenindo situações de eventual exploração laboral. A literatura identifica a discriminação como uma das dimensões da permanência e integração a considerar (Malheiros & Fonseca, 2011; Oliveira, 2021).

Por fim, entre as práticas, destacamos a promoção de ambientes interculturais, a relevância da sensibilização da população local que se apresenta consensual na literatura (i.e. Niessen & Huddleston, 2010; Viola et al., 2018). A estratégia de capacitar líderes, como os professores, que possam levar a mensagem aos seus alunos e indiretamente às famílias dos alunos, apresenta um carácter de sustentabilidade e continuidade.

7. Considerações Finais

Focados na assistência, na relação e no quadro político-legal, entende-se que os técnicos sociais que atuam junto de imigrantes contribuem indiretamente para o impacto positivo em TBD no quadro das suas práticas quotidianas.

Pelo papel que desempenham e pelo conhecimento da realidade de que são detentores, apresenta-se como premente auscultar os profissionais experientes com vista ao contributo para o desenvolvimento das políticas públicas.

O presente estudo pretende contribuir para o avanço do conhecimento, para a política e para a prática quotidiana dos técnicos sociais a intervir junto de imigrantes internacionais, dando resposta à necessidade do desenvolvimento de competências destes profissionais (Potocky & Naseh, 2020; Solano & Huddleston, 2020) para o aumento da qualidade dos serviços públicos.

Em jeito de reflexão final, admitem-se limitações ao presente estudo, nomeadamente a dimensão da amostra, não obstante ter-se aplicado o critério da saturação teórica (Flick, 2005, 2013), e o universo do território selecionado para o estudo ser também de reduzida dimensão. Em termos de pistas de investigação futura, no quadro do projeto *Ir Além*, prevê-se a publicação de um conjunto de estudos que se encontram em fase de conclusão. Destaca-se a relevância de estudos com o propósito de dar voz aos imigrantes internacionais.

Financiamento

Este trabalho foi apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., pelo projeto UID/06173 – CARE - Research Center on Health and Social Sciences, e pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI) PT/2020/FAMI/535.

Informação Suplementar

Autores

Elisete Diogo – CARE - Research Center on Health and Social Sciences, Politécnico de Portalegre, Portalegre, Portugal
elisetediogo@gmail.com

ORCID: 0000-0002-5303-8585

Data de submissão: 2022-10-27

Data de aceitação: 2024-12-23

Data de publicação: 2024-12-28

Referências

- ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (2010). *II Plano para a Integração dos Imigrantes (PII)*. https://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PII_2010_2013_ing.pdf/2de54891-737b-4263-ba2c-16fb8538ba60.
- ACM - Alto Comissariado para as Migrações (2015). Plano Estratégico para as Migrações. https://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PEM_net.pdf/3a515909-7e66-41e8-8179-e3aa5e0c7195
- Ager, A. & Strang, A. (2008). Understanding integration: A conceptual framework. *Journal of Refugee Studies*, 21, 166–191. [10.1093/jrs/fen016](https://doi.org/10.1093/jrs/fen016)
- Bartkevičienė, A. & Raudeliūnaitė, R. (2013). Social support strategies for immigrants: The context of social work practice in Lithuania. *Journal of arts and humanities*, 2(3), 90–97. <https://doi.org/10.18533/journal.v2i3.87>.
- Beirut, S. N. (2010). Experiência de migración y salud mental, hacia un nuevo modelo de salud. In M. L. Váldez (Eds.), *La persona más allá de la migración. Manual de intervención psicosocial con personas migrantes* (pp.259-295). Fundación CeiMigra.
- Berry, J. W. (1997). Immigration, acculturation and adaptation. *Applied Psychology*, 46,5–68.
- Blaikie, N. (2010). *Designing Social Research*. Polity Press.
- Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using Thematic Analysis in Psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>.
- Comissão Europeia (2020). *Plano de ação sobre a integração e a inclusão para 2021-2027*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020DC0758>.
- Costa, P. M. (2014). Os planos para a integração dos imigrantes: política de integração ou medidas de integração?. In *VIII Congresso Português de Sociologia: 40 anos de democracia (s): progressos, contradições e prospetivas*. APS.
- Diogo, E. (2024a). “Why Here?”—Pull Factors for the Attraction of Non-EU Immigrants to Rural Areas and Smaller Cities. *Social Sciences*, 13(4), 184. <https://doi.org/10.3390/socsci13040184>
- Diogo, E. (2024b). Retaining Non-EU Immigrants in Rural Areas to Sustain Depopulated Regions: Motives to Remain. *Societies*, 14(2), 25. <https://doi.org/10.3390/soc14020025>
- Diogo, E. & Valduga, T. (2021). Os Migrantes NPT e o Desenvolvimento de Territórios de Baixa Densidade. In A. Neves, I. Machado, M. S. Almeida & Tania Ribeiro (eds.), *IV Congresso Ibero-Americano de Intervenção Social – Multiculturalidade, Migrações e Direitos Humanos*. Lema d’Origem – Editora. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/37493/1/Livro_1_VCIAIS.pdf
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Monitor.
- Flick, U. (2013). *Introdução à Metodologia de Pesquisa*. Penso.
- Giménez-Romero, C. (2010). *Interculturalidade e Mediação*. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Góis, P. (2023). Ainda entre periferias e um centro: o lugar de Portugal no sistema migratório global. In E. Diogo & R. Melo (eds.). *Práticas e Políticas – Inspiradoras e Inovadoras com Imigrantes* (pp. 29-40). Edições Esgotadas.
- Góis, P. & Marques, J.C. (2018). Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos. *e-cadernos ces*. [Online], 29. [10.4000/eces.3307](https://doi.org/10.4000/eces.3307)
- Hellgren, Z. (2015). Immigrant integration as a two-way process: Translating theory into practice. *GRITIM-UPF Working Paper Series*, 23. <https://repositori.upf.edu/handle/10230/23436>
- Malheiros, J. & Fonseca, M. L. (2011). *Acesso à habitação e problemas residenciais dos imigrantes em Portugal* (Vol.

- 48). Observatório da Imigração, ACIDI, IP. https://www.researchgate.net/publication/259527038_Acesso_a_habitacao_e_problemas_residenciais_dos_imigrantes_em_Portugal#fullTextFileContent
- Nash, M., Wong, J. & Trlin, A. (2006). Civic and social integration: A new field of social work practice with immigrants, refugees and asylum seekers. *International Social Work*, 49(3), 345-363. <https://doi.org/10.1177%2F0020872806063407>
- Niessen, J. & Huddleston, T. (2010). *Manual de integração para decisores políticos e profissionais*. Direcção-Geral da Justiça, da Liberdade e da Segurança. União Europeia. <https://data.europa.eu/doi/10.2758/18292>
- OECD (2023). Indicators of Immigrant Integration 2023: Settling In. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/1d5020a6-en>.
- Oliveira, C. (2021). *Imigração em Números - Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório estatístico anual 2020*. Observatório das Migrações. <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/383402/Relat%C3%B3rio+Estat%C3%ADstico+Anual+2021.pdf/e4dd5643-f282-4cc8-8be1-92aa499bb92f>.
- Oliveira, C.R. (2023). *Indicadores de Integração de Imigrantes—Relatório Estatístico Anual 2023. Coleção Imigração em Números do Observatório das Migrações*. Observatório das Migrações.
- OIM (2022). *Arvore. Programa de Retorno Voluntário e à Reintegração*. Retorno Voluntário. <https://www.retornovoluntario.pt/sobre.php>.
- Pena, I. M. (2012). *Boas práticas para a integração de populações imigrantes: governamentalidade, gestão e bem-estar num centro de acolhimento temporário em Lisboa, entre 2011-2012* [Tese de Doutoramento]. Iscte – Instituto Universitário de Lisboa.
- Pordata (2023). *Censos de Portugal em 2021—Por Tema e Concelho*. <https://www.pordata.pt/censos/resultados/populacao-alentejo-592>
- Potocky, M., & Naseh, M. (2020). *Best practices for social work with refugees and immigrants*. Columbia University Press.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019, de 20 de agosto. *Diário da República* n.º 158/2019, Série I de 2019-08-20, pp. 45 – 54. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/141-2019-124044668>.
- Solano, G. & Huddleston, T. (2020). *Migrant Integration Policy Index 2020*. <https://www.mipex.eu/portugal>.
- Valdes, L. & Olmos, L. (2010). El enfoque psicosocial en las migraciones. In L. Valdés (eds.), *La Persona Más Allá de la Migración – Manual de intervención psicosocial con personas migrantes* (pp. 71-114). Fundación Ceimigra.
- Viola, E., Biondo, E., & Mosso, O. C. (2018). The role of social worker in promoting immigrants' integration. *Social Work in Public Health*, 33(7-8), 483-496. 10.1080/19371918.2018.1546252